

Problemas Brasileiros
Set. out. / 1995 21 a 25
FOLIO 1173

ECOLOGIA

O BRASIL QUE SE PERDE

BIA FIGUEIRA DE MELLO



Mario Friedlander / Reflexo

Floresta em chamas: pequenos e grandes interesses em jogo

Política nacional para o meio ambiente não tem sido eficaz para coibir desmatamentos. Ecologistas denunciam, o Ibama se defende, mas quem leva a pior é o ecossistema

Passados três anos da ruidosa Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992 com a participação de ambientalistas do mundo inteiro, paira uma pergunta no ar: como anda realmente a preservação dos parques e reservas florestais brasileiros?

"Imoral, antiética e inaceitável, com a contínua derrubada das matas por pequenos e grandes interesses", resume José Pedro Costa, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera

da Mata Atlântica. Costa uniu-se a outros ambientalistas e representantes da Unesco no Instituto Florestal de São Paulo para firmar protocolo de intenções, visando a criação de uma Rede Brasileira de Reservas da Biosfera. O objetivo da rede é dar maior apoio à preservação dos ecossistemas brasileiros, integrando a Rede Ibero-Americana de Reservas da Biosfera.

Para se ter uma idéia do problema, informa Costa, o Parque Nacional do Iguaçu, na fronteira com a Argentina e considerado Patrimônio da Humanidade pela

Unesco, é o que o Brasil tem de melhor em preservação ambiental. O parque sofre com a caça indiscriminada de animais silvestres, derrubada de árvores nativas (em especial o palmiteiro) e contaminação do solo e do rio Iguaçu pela infiltração de agrotóxicos, lançados de fazendas vizinhas, no lençol subterrâneo. Isso sem falar de projetos mirabolantes como a iluminação das Cataratas. "Pior situação enfrentam os parques e as reservas naturais menos visitados, que, sem o título da Unesco e as Cataratas do Iguaçu, permanecem em estado de depredação total", lastima o ambientalista.

Segundo ele, o estado das reservas florestais é tão precário que no Parque Nacional da Serra da Bocaina só há dois funcionários para controlar as invasões nos 100 mil hectares de terra. Ali, denuncia Costa, a extração do palmito e a invasão de caçadores, pequenos agricultores e madeireiros são corriqueiras.



Rio brasileiro: a cor do abandono

zam a região têm de andar com coleto à prova de balas. Precaução inútil: muitos são assassinados em conflitos de posseiros ou em emboscadas, segundo denunciavam os ambientalistas.

O geógrafo Aziz Ab'Saber, membro da Comunidade de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), adverte para a destruição da floresta Amazônica nos arredores de Rio Branco, no Acre, e pressões para a criação de reservas extrativistas naquele estado. Ele também informa que ao sul do Pará e na região de Tefé, no Amazonas, em direção ao sul, há uma grande faixa de depredação, com contínua devastação.

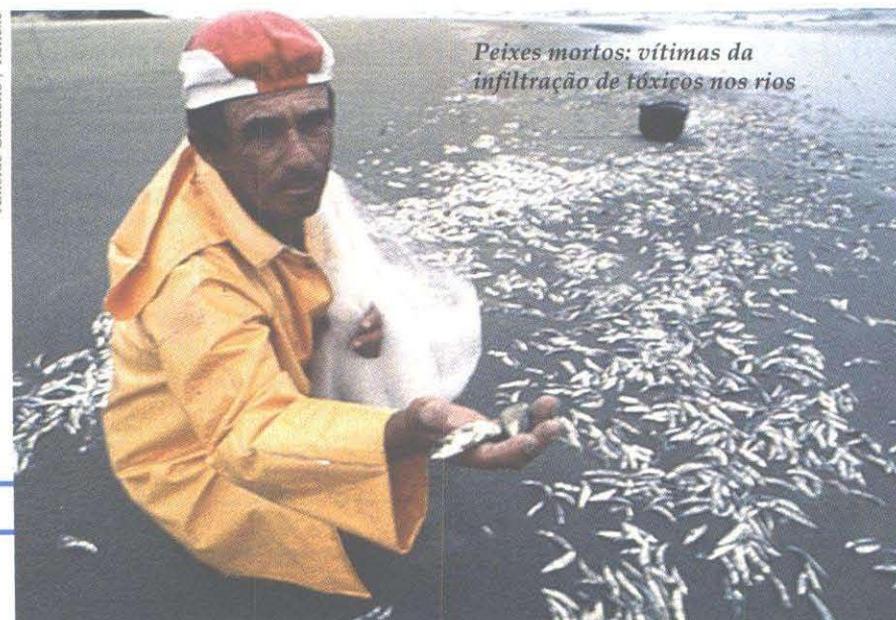
"Tirando alguns projetos isolados e sem força, como o Projeto Reça, tudo continua como antes, sem qualquer gerenciamento para coibir a invasão por parte de grandes agropecuárias, de empresas que contrabandeiam o minério de ferro e de manganês, e de madeireiras", diz Ab'Saber.

O próprio Ibama reconhece que a situação é crítica: "Faltam pessoal para fiscalização e recursos financeiros para desapropriação de áreas de conservação", informa Augusta Rosa Gonçalves, engenheira florestal e chefe substituta do Departamento de Unidade de Conservação do Ibama. Além dos problemas comuns aos parques e reservas que já são de

Gado x mata

Mas essa é apenas a ponta de um iceberg. O Parque Nacional de Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul, com menos de 2% das matas nativas e espécies raras de árvores como gravatá, cerejeira e figueira, por exemplo, está perdendo cada vez mais terreno para os rebanhos de gado. Os parques nacionais da região norte, como Pico da Neblina (AM), Amazônia (PA), Jaú (AM), Cabo Orange (AP), Pacaás Novos (RO), sofrem com os mesmos e eternos problemas, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama): falta de funcionários para a fiscalização, conflitos em áreas não delimitadas, rios contaminados, caça predatória e extração de madeira. Em Roraima, na Reserva Biológica de Guaporé, os raros funcionários que fiscali-

Antonio Gaudério / Reflexo



Peixes mortos: vítimas da infiltração de tóxicos nos rios



Araquem Alcântara / Reflexo

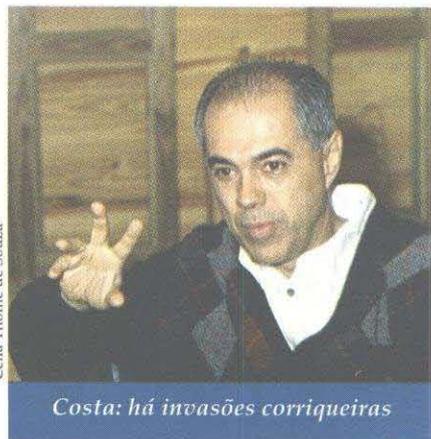
Habitante da Mata Atlântica: beleza indiscutível em perigo

domínio público, como invasão de terras e sobreposição de áreas indígenas, o instituto tem outra questão a resolver: muitas unidades têm decreto de criação, mas não contam com escritura nem documentação que comprove que essas terras sejam mesmo de domínio público. O Parque Nacional da Chapada Diamantina não tem nem mesmo postos do Ibama, já que grande parte do parque é de propriedade particular e teria que ser desapropriada.

Segundo estudos do WWF (Fundo Mundial para a Natureza), uma análise preliminar do orçamento de 1995 proposto pelo Ministério do Meio Ambiente mostrou que nenhum recurso foi previsto para regularização fundiária. Na realidade, o estudo mostra que o orçamento da área ambiental está em grande parte comprometido com programas financiados por agências multilaterais mediante empréstimos, aos quais é vedada a utilização para compra de terra. O relatório informa também que a fonte 250, de arrecadação própria do Ibama, que poderia funcionar como alternativa, está comprometida com os benefícios e assistência aos servidores públicos na ordem de

80%. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, para a regularização fundiária seriam necessários mais de US\$ 500 milhões. "Embora estejam na Constituição garantias à preservação do meio ambiente, faltam prioridade e vontade política na área ambiental por parte do governo federal", desabafam funcionários do Ibama.

O secretário do Ministério do Meio Ambiente Haroldo Mattos alega que a situação é muito complexa e que não se resolvem questões na área do meio ambiente de uma hora para outra, "mas vários projetos estão sendo discutidos e implantados". Um desses projetos prevê o redirecionamento dos recursos financeiros arrecadados



Célia Thomé de Souza

Costa: há invasões corriqueiras

pelos próprios parques, como a taxa de ingresso dos visitantes. Só para se ter uma idéia, a taxa de arrecadação do Parque Nacional do Iguaçu, através de ingressos e concessões, em 1994 foi de R\$ 1.336.815,70. Desse valor, apenas 50% ficou no parque para pagamento de salários e benefícios para o pessoal (28,4%), custeio (18,9%) e investimentos no próprio parque (2,7%). O restante da arrecadação vai para um caixa único do Ibama para pagamento em unidades cujas despesas superam as arrecadações, como acontece com o Parque Nacional de Brasília, onde os salários e benefícios estão na ordem de R\$ 1,46 milhão, o custeio beira a casa dos R\$ 90 mil e os investimentos são de pouco mais de R\$ 13 mil, mas a arrecadação não alcança R\$ 370 mil (ver quadro à pág. 24).

Segundo o coordenador de arrecadação e chefe substituto do Departamento de Finanças do Ibama, Rubens Ferreira Alves, "o órgão ainda não tem como controlar a evasão de receitas, a deficiência no controle de ingressos e a defasagem dos preços nas concessões de uso do parque por comerciantes que exploram o turismo, como acontece em alguns parques". Alves explica que um

PARQUES NACIONAIS: ARRECADÇÃO EM 1995 (em reais)*	
Chapada dos Veadeiros	12.315,00
Tijuca	338.111,47
Serra dos Órgãos	80.084,18
Caparaó	30.237,50
Iguaçu	870.619,76
Canastra	5.198,42
Capivara	193,55
Sete Cidades	17.368,75
Jardim Botânico - RJ	172.867,55
Itatiaia	78.011,45

* Valores tabulados até agosto

Fonte: Ibama

dos parques que mais sofrem com esse problema é o Parque Nacional da Tijuca.

Infelizmente, o Ibama não pôde fornecer a **Problemas Brasileiros** o comparativo receita/despesa desse e de alguns outros parques nacionais. Sabe-se apenas que o Parque Nacional da Tijuca é um dos mais visitados, depois do Parque Nacional do Iguaçu e de Brasília. Segundo fontes extra-oficiais do próprio Ibama, o Parque Nacional da Tijuca é uma grande fonte de lucros para muita gente, em prejuízo da preservação do próprio parque.

O governo também tem dado ênfase às discussões em torno do anteprojeto de lei sobre a utilização da Mata Atlântica e demais formações vegetais contidas no domínio atlântico. Segundo a Rede de ONGs Mata Atlântica, a proposta de anteprojeto elaborada pelo ministro Gustavo Krause e pelo presidente do Ibama, Raul Jungmann, é "indecente, já que propõe a exclusão das florestas interioranas do domínio da Mata Atlântica". Conforme cálculos das Organizações Não-Governamentais, isso representaria uma redução de área protegida pela legislação de 1,1 milhão para 260 mil quilômetros quadrados.

Com a proposta, os ambientalistas explicam que ficarão desprotegidas as florestas de araucárias e florestas do interior dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, caindo, portanto, boa parte da Reserva da Biosfera já aprovada pela Unesco.

O superintendente da Fundação S.O.S. Pró-Mata Atlântica, Mário Mantovani, vai além. "Esse projeto mostra uma total falta de responsabilidade e a ausência de uma política nacional que trate do assunto com seriedade. Só



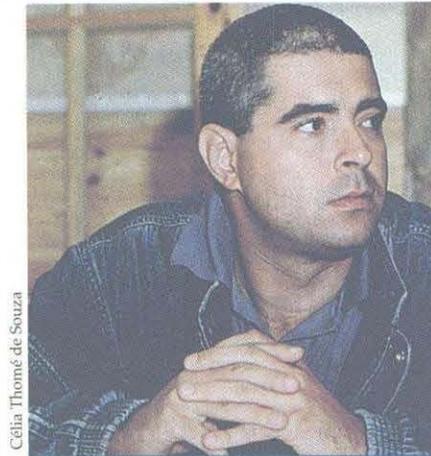
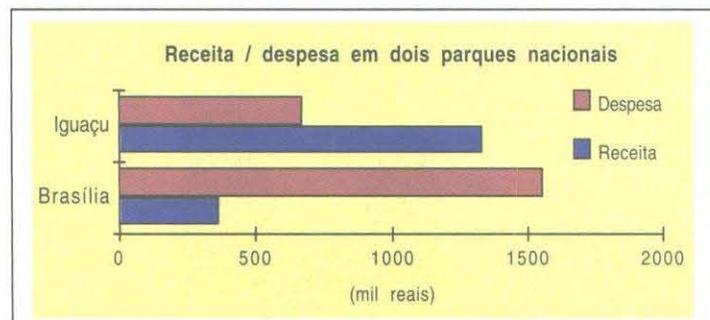
Araquém Alcântara / Reflexo

Árvores cortadas (à direita) e Mata Atlântica, na serra da Bocaina: sob ameaça de um projeto de lei

para se ter uma idéia, o Paraná, um dos estados que se promove como um dos mais preocupados com o meio ambiente, devastou o equivalente a dez campos de futebol por hora de sua Mata Atlântica, quando se faz uma comparação entre 1985 e 1990. E os maiores desmatamentos desse estado - por madeireiras e agroindústrias - ocorrem justamente atrás

do Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu, na região de Guarani-Açu", informa ele.

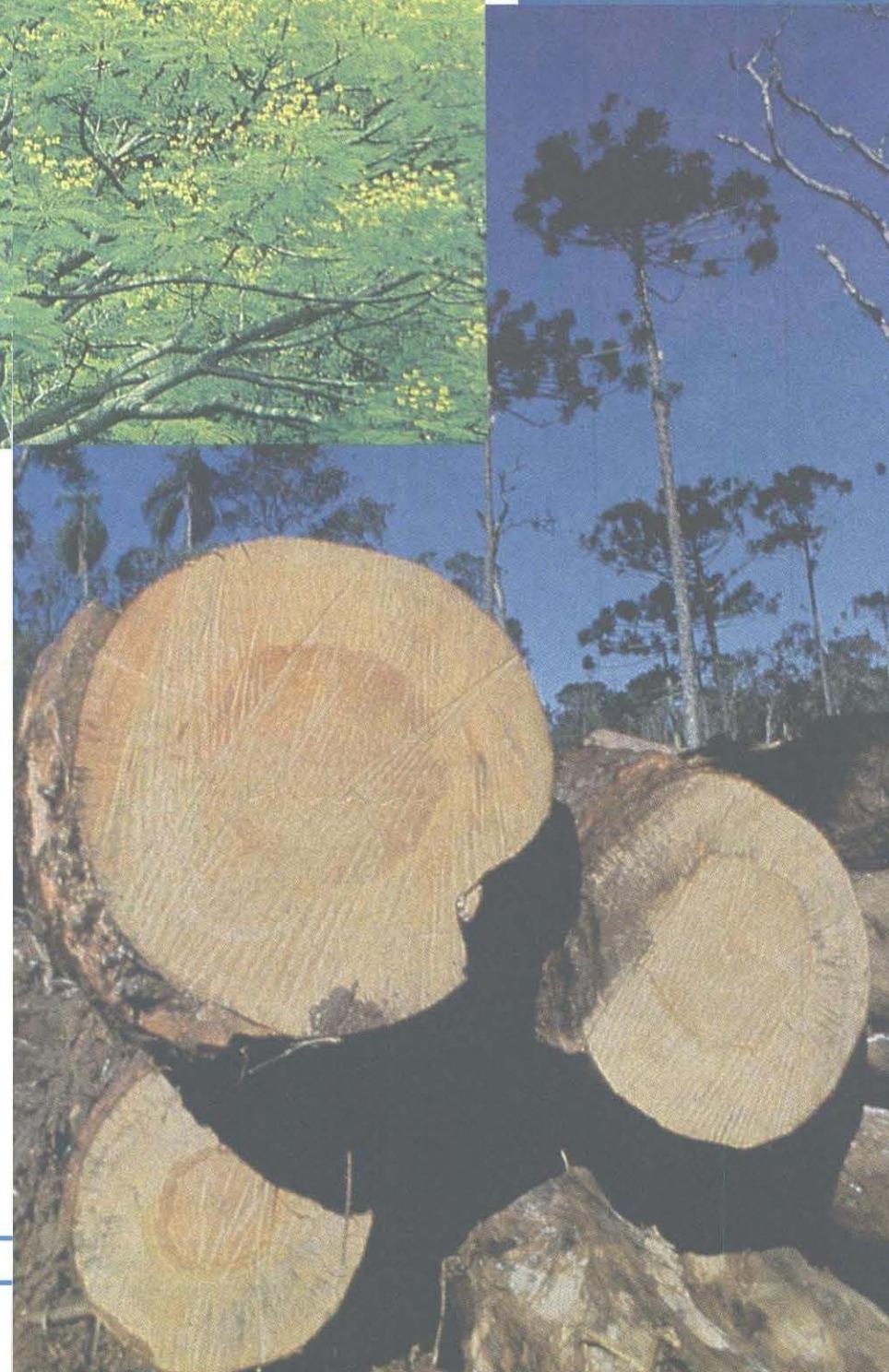
O projeto de construção de uma hidrovia que ligará o Paraná ao Paraguai também não foi recebido com bons olhos por uma coalizão de ambientalistas encarregados de acompanhar o projeto. Eles concluíram que não há como obter resultados confiáveis para dar suporte às decisões sobre a hidrovia. Por esse motivo foi enviada carta às instituições oficiais (PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comitê Intergovernamental da Hidrovia e BID) solicitando a imediata suspensão dos estudos. Segundo o WWF, a hidro-



Célia Thomé de Souza

Vidal Pinto: desertificação

Zig Koch / Reflexo



via poderá causar a longo prazo desertificação, perda de 15 bilhões de metros cúbicos de água por ano, redução da quantidade de seres vivos, rebaixamento do lençol freático e alteração do modo de vida das comunidades tradicionais, entre outros prejuízos.

O contínuo uso inadequado do solo também tem movimentado estudiosos para a adoção de práticas modernas de manejo do solo, que diminuam as possibilidades de desertificação em algumas regiões brasileiras. Marco Antônio Vidal Pinto, biólogo da Secretaria do Meio Ambiente de Campina Grande, Paraíba, alerta para a urgente criação de uma reserva da biosfera da caatinga, "um bioma deficientemente representado por unidades de conservação, numa região onde 41% da matriz combustível é de origem vegetal", explica.

Segundo o biólogo, a inexistência de legislação a esse respeito vem acelerando o grave processo de desertificação e salinização do solo na região. A falta de critério no desenvolvimento agrícola no cerrado também tem trazido graves consequências para a proteção do meio ambiente, segundo os ambientalistas. Um dos mais sérios problemas, segundo o WWF, é a impossibilidade de utilização do solo devido à sua compactação e erosão, resultantes de técnicas falhas que deixam a terra desprotegida durante épocas de chuvas torrenciais. O baixo valor atribuído aos seus recursos biológicos, a exploração dos recursos visando apenas ao lucro, a insuficiência de conhecimentos sobre ecossistemas e espécies, além da falta de recursos financeiros por parte das instituições responsáveis pela preservação da natureza, são graves ameaças a essa savana tropical, que ocupa cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, 22% do território nacional.